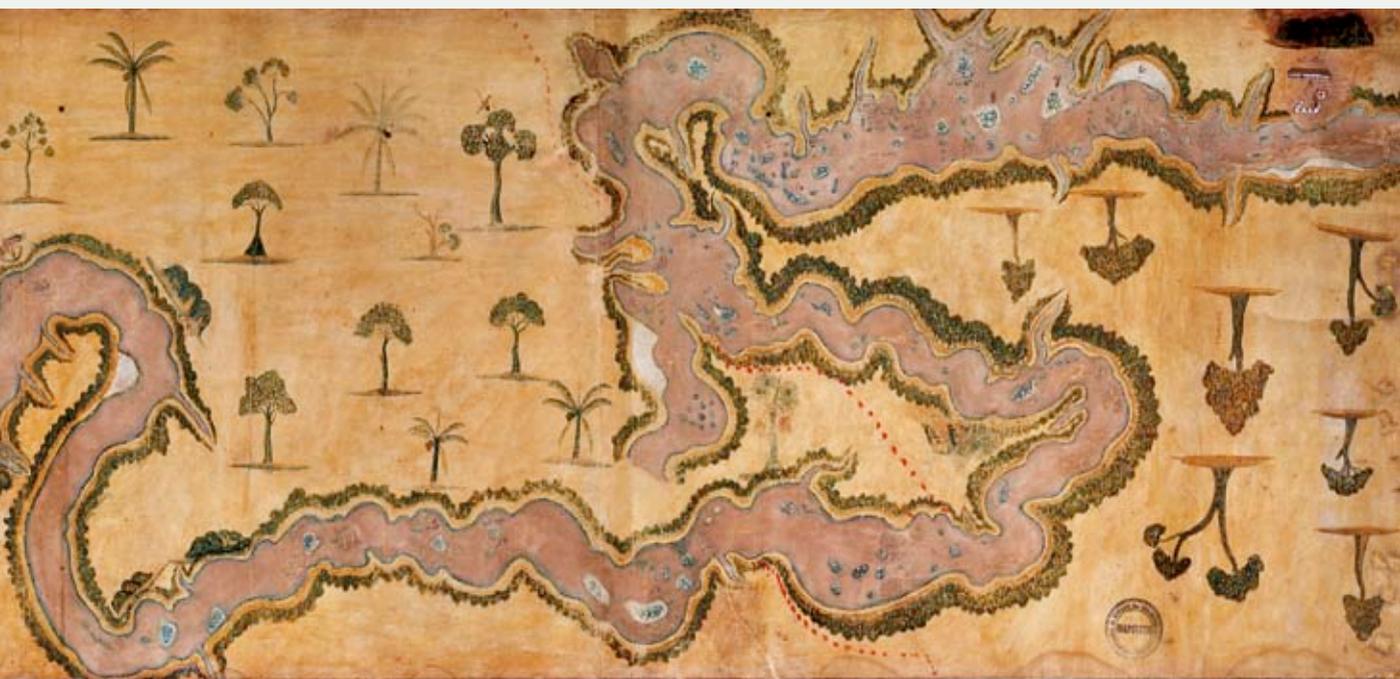


Revista do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional nº 34 / 2012





História e Patrimônio

Organização: Márcia Chuva

A RAZÃO PATRIMONIAL NA EUROPA DO SÉCULO XVIII AO XXI

O patrimônio, que se tornou símbolo de elo social, está hoje em toda parte, da mobilização dos corpos políticos à instituição cultural.¹ Paralelamente, a realidade do turismo internacional, tendo em vista a importância de suas repercussões econômicas, torna a interpretação do patrimônio, ou mesmo sua simulação, um instrumento quase sempre decisivo para o desenvolvimento local (Greffé, 2003). O imperativo de conservação da herança material e, de agora em diante, da imaterial, impõe-se, portanto, sem discussão nos países desenvolvidos, bem como no resto do mundo. A cada dia adquire um caráter mais geral e de obrigatoriedade, manifestando-se por meio de dispositivos legais e de regulamentação, cujo âmbito de aplicação se amplia cada vez mais. Além disso, a realidade das destruições (iconoclastos religiosos ou ideológicos, danos colaterais de conflitos ou “domicídios” concertados),² que, sem dúvida, se tendeu a subestimar ou a considerar

abolidas desde o final da 2ª Guerra Mundial, recentemente fez recrudescer o sentimento de urgência que sempre acompanhou e nutriu a consciência patrimonial.



Buda de 55 metros de altura no Vale Bamiyan, Afeganistão
Foto: F. Rivière, Unesco. Acervo: Wikimedia Foundation/Wikicommons
(http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tall-Buddha-Bamiyan_F.Riviere.jpg)

1. Ver Beghaim (1998). As recomposições de heranças materiais na Europa no final do século XX resultaram em uma patrimonialização nostálgica ou não (Boym, 2001; Verdery, 1999), enquanto o ensaísmo cultural multiplicava as análises do jogo referencial de “segunda mão” à Marjorie Garber (2003). Sobre os casos franceses Bensa A. e Fabre D., *Une histoire à soi*, Mission du Patrimoine ethnologique, cahier n° 18, Paris, MSH, 2001.

2. J. Douglas Porteous e Sandra E. Smith (2001) fornecem a geografia dos empreendimentos deliberados de destruição de moradias e territórios construídos.

A manifestação de um ponto de vista contrário – uma eventual recusa da patrimonialização ou sua crítica radical – só pode ser considerada “vândala”, estigmatizada como tal, ou, ao menos, não significativa no debate público. A emergência de críticas tornou-se, de fato,

Local do Buda destruído pelos talibãs em 2001 no Vale Bamiyan, Afeganistão
Acervo: Wikimedia Foundation/Wikicommons
(<http://en.wikipedia.org/wiki/File:BigBuddha.jpg>)

bastante improvável afora a expressão de divergências sobre a melhor maneira de tratar os monumentos, os objetos e os sítios. Mais que isso, essas preocupações, outrora estreitamente profissionais, passaram a ocupar amplamente o espaço público, ensejando numerosos colóquios, oficinas ou entrevistas, onde são debatidos os meios e os fins, o futuro e os limites eventuais do fenômeno, em geral, dentro das próprias instituições patrimoniais.³ A perspectiva “erudita” na matéria assemelha-se, sobretudo, a um levantamento das expertises feitas de forma contraditória sobre esta ou aquela iniciativa da administração, ou sobre esta ou aquela opção de restauração ou de intervenção (Bessy e Chateaubriand, 1995). Os comentaristas não se furtam em destacar as contradições ou as ambiguidades dessa gestão, os limites das políticas públicas e, com mais frequência, todavia, o peso dos constrangimentos externos para lastimar desvios em relação a uma suposta idade de ouro da preservação, e para reafirmar a necessidade de uma política sempre respaldada na erudição dos especialistas.⁴ A perspectiva de uma história da administração cultural, por mais que liberta das argúcias de militantismos contrariados, não basta tampouco para construir um

3. Dos *Entretiens du Patrimoine* aos encontros *Musée-Musées* do Louvre, a atualidade recente francesa é testemunha de um movimento internacional iniciado no começo da década de 1970, por mim assinalado em *Le Débat* na ocasião.

4. Tal é, finalmente, o propósito de Françoise Choay em *L'allégorie du patrimoine* (1996). Por outro lado, uma sociologia crítica e o projeto de uma arqueologia geral, concorrente com a história da arte, esboçaram uma denúncia do patrimônio, tido por braço armado desta ou daquela disciplina, ou como o defensor de interesses particulares.

objeto específico, por ser, ela própria, vítima da diversidade dos campos de intervenção e de competência dos serviços aos quais deve prestar contas. Não raro, ela espelha as partilhas entre disciplinas e histórias especializadas, que resultam em um diálogo de surdos, ou mesmo em conflitos implícitos (Poirrier e Vadelorge, 2003). Tanto que, na França, o patrimônio suscitou apenas, de maneira geral, um interesse bastante relativo no campo da pesquisa em história e em ciências sociais – à diferença do arquivo, a um só tempo objeto e instituição de memória relativamente próximo à primeira vista.⁵ Contudo, da mesma forma que o crescimento da preocupação com a memória permitira outrora a Pierre Nora pensar os lugares de memória nacionais, a atualidade viva da patrimonialização é um convite para questionar a construção dessa forma de obrigação e de responsabilidade no tocante à presença material do passado.⁶ A atualidade dessa abordagem é evidente: se o arquivo contou, na antiga configuração dos saberes históricos, com a vantagem do segredo a ser desvendado – que lhe era constitutivo –, o patrimônio pode contar com a vantagem

5. O arquivo assumiu o caráter de uma metáfora central no trabalho da teoria cultural depois de Michel Foucault e Jacques Derrida na reflexão epistemológica conduzida por historiadores e antropólogos sobre a questão da leitura dos arquivos, assim como em uma série de interpretações da paisagem, do corpo ou da fotografia (Rosalind Kraus), bem antes de ser objeto de uma (re)apropriação crítica pelos arquivistas. Tornou-se aos poucos uma figura privilegiada para pensar a tecnologia estatal, sobretudo em sua versão imperial do século XIX. Em termos foucaultianos, dir-se-ia que o patrimônio não é a soma dos monumentos conservados nem a instituição que os conserva, mas as regras de sua prática, o sistema de seus julgamentos. Para o estado da arte cf. Jean Boutier, Jean-Louis Fabiani, Jean-Pierre Olivier de Sardan (1999, 2001).

6. Sobre o caso dos museus ver Ludmilla Jordanova (1989) e Daniel J. Sherman (1989).

da sua publicidade na nova disposição da história cultural, na qual o explícito é, por sua vez, privilegiado pela investigação.

Convém apreender a história dos patrimônios como conjuntos materiais e, de modo indissolúvel, como saberes, valores e regimes do sentido.⁷ Dessa forma, será preservado da teleologia manifestada, por exemplo, na criação de séries retrospectivas de episódios tidos *a posteriori* como “patrimoniais” e que, presumidamente, desembocam na legislação contemporânea.⁸ Evitar-se-á, ainda, a tentação de estabelecer topografias dos patrimônios sob a forma de inventários de “outro país” sem maiores implicações para nós. Ou repertórios que enunciam os comportamentos em relação ao passado material segundo uma escala de julgamentos – morais e profissionais –, do desprendimento científico ao zelo partidário, de modo a expor falsificações e manipulações, desconsiderando a complexidade do investimento em todo processo de patrimonialização.⁹ Trata-se menos de distinguir entre o que é de fato

herdado e o que é (re)construído, ou entre ficções sinceras e invenções desonestas, do que de questionar a produção e o consumo da própria evidência patrimonial, a um só tempo imaginário e instituição.¹⁰

O patrimônio é como o princípio subterrâneo e a manifestação autoproclamada de um trabalho social e intelectual: querer apreender o gesto patrimonial no seio da história social e cultural é pensar nos recortes e nos “enquadramentos” aos quais ele se consagra em uma relação sempre complexa com o que o organiza. A temporalidade material – segundo a expressão usada por Bernard Lepetit (1995) para evocar a paisagem urbana do tempo solidificado – aí adquire valor em nome de vínculos, de convicções, mas também de racionalizações eruditas e de condutas políticas. A relação íntima ou secreta de um proprietário, de usufrutuários a títulos diversos, de especialistas ou de iniciados em determinados objetos, lugares ou monumentos, torna-se pública, quando esses são patrimonializados. Inversamente, como exposto por Simmel, aspectos outrora públicos da herança partilhada ficam, certamente, sob a garantia do segredo.¹¹

7. Ver, além dos estudos clássicos de David Freedberg, Ann Kibbey (1986).

8. Ao assumir a parte de anacronismo que reveste um intitulado de história do patrimônio para os séculos que precederam ao nosso, meu projeto se exporia senão à reprovação de identificar uma “essência” do patrimônio ao longo dos séculos. O fenômeno é particularmente evidente em uma tradição de compilações legislativas frequente na Itália por motivos evidentes: *Leggi, bandi e provvedimenti per la tutela dei beni artistici e culturali negli antichi stati italiani, 1571-1860*, editado por Andrea Emiliani (1996). Sobre os usos do anacronismo, ver as reflexões de Nicole Loraux (1993) e G. Didi-Huberman (2000).

9. David Lowenthal propôs, sucessivamente, esses dois tipos de abordagens em duas obras enciclopédicas, *The past is foreign country* (1985) e em *The heritage crusade and the spoils of history* (1998), que respondiam a um programa resumido anteriormente em David Lowenthal & Marcus Binney (1981).

10. Esse breve panorama dos pontos de vista a propósito do patrimônio, que me disponho a desenvolver ulteriormente, remete aos mesmos sistemas de partilha observados em outros campos quando se trata de “discutir o indiscutível”, conforme a demonstração de Alain Desrosières, particularmente na razão estatística e no debate social. A oposição passa, por um lado, entre a descrição e a prescrição e, por outro lado, na própria linguagem da ciência, entre “posição realista” que fala da “fiabilidade da medida” e o esforço da história social ou da sociologia construtivista do conhecimento para examinar os laços entre taxionomia e sociedade. Ver Alain Desrosières (1993).

11. Sobre este texto de Simmel, ver Pierre Nora (1976). Daniel Fabre desenvolveu a problemática do “viver no patrimônio” no presente em *Domestiquer l’histoire – Ethnologie des monuments historiques* (2000).

O patrimônio encarna, em suma, um “crescendo em generalidade” de obras e objetos singulares, concebido de forma útil para a ação de conhecimento e de conservação coletiva.¹² Nisso, o patrimônio parece constituir um campo de aplicação privilegiado para reexaminar três questões sob o ângulo da circulação social: a do olhar erudito sobre obras e objetos materiais; a da historicização de uma sociedade e, de forma mais geral, de sua relação com “regimes de historicidade”;¹³ e, por fim, a da ética e da estética que dela decorrem ou à qual estão ligadas (a exemplaridade e a adesão,¹⁴ mas também a emancipação ou a denegação).¹⁵

A partir dessas conquistas, pode-se adiantar que a evidência do patrimônio se enuncia nos discursos contemporâneos sob forma de uma “razão” específica; que ela mobiliza sociedades e procedimentos diante

12. O patrimônio pertence em grande parte ao domínio do “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg, mas, desdobrado, se assim se pode dizer, já que a inclusão de um monumento no patrimônio remete, por um lado, à sua época histórica e, por outro lado, ao trabalho dos serviços que assim o definiram: ele é, dito de outra forma, o indício e o ícone de duas épocas. Que as representações escamoteiam as práticas que as organizam é uma das lições de Michel de Certeau na sua reflexão sobre a heterologia e a história.

13. “Regime de historicidade” – “[...] podia ser entendido de duas formas. Em uma acepção restrita, como uma sociedade trata seu passado e o utiliza. Em uma acepção ampla, na qual o regime de historicidade serviria para designar a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana” (François Hartog, 2003:19). Cf. os trabalhos de Gérard Lenclud (1992) e de J. Revel (1995). Ver também J. Revel e F. Hartog (2001). Um ponto de vista sociológico que se interessa pela relação com a temporalidade é o de Andrew Abbott (2001 e 2003).

14. A sociologia da legitimidade cultural deveria ser integralmente citada aqui. Sobre a história intelectual da exemplaridade, assim como a das obras-primas que atravessam a do patrimônio sem recobri-la exatamente, ver Walter Cahn (1979) e Michel Jeanneret (1998).

15. A literatura sobre o conjunto desses assuntos é vastíssima, mas os escritos mais úteis parecem-me ser Moses I. Finley (1990), Arnaldo Momigliano (1998), Peter Burke (1969), Donald R. Kelley (1997) e seu comentário crítico por Jean-Pierre Cavaillé, George Huppert (1973) e Paul Ricoeur (2003).

de objetos e culturas; e, por fim, que engaja narrativas de acesso, de (re)apropriação, de fruição, que constroem diversas convenções eruditas e populares.

Pretendo, pois, desenvolver, simultaneamente, três eixos de investigação, a saber:

1. A CREDIBILIDADE PATRIMONIAL

Em um momento no qual o simbolismo do patrimônio desempenha um papel tão importante no debate público, especificamente em recomposições mais ou menos voluntaristas de legitimidade cultural, não se pretende aqui sondar a opacidade dos seus objetos em uma abordagem hermenêutica própria à história da arte; nem estabelecer, paralelamente ao seu interesse artístico, documental, ilustrativo ou erudito, seu valor de comunicação em nome de eventuais disciplinas – museologia, *heritologia* (Pickstone, 1994). Não se trata, tampouco, de traçar a progressiva elaboração de uma consciência coletiva, desde os balbucios dos primeiros arautos até seu coroamento sob uma administração esclarecida; nem de escrever a crônica de progressivos enriquecimentos, no crescendo da proteção aos monumentos e na multiplicação dos museus. A perspectiva é, ao contrário, de desconstruir as representações de identidade convencionadas de um “patrimônio” para insistir sobre as novas configurações de seu estatuto, sobre suas incessantes recontextualizações, sobre as desvalorizações e as deslegitimações que o permeiam.

O discurso patrimonial foi inicialmente uma categoria de celebração própria à



Exemplo de vandalismo ideológico na França: Abadia de Cluny, demolida entre 1798 e 1823, e reconstruída posteriormente. Foto: Patrick Giraud
Acervo: Wikimedia Foundation/Wikicommons. (http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Cluny_Tours_et_Clochers.jpg)

literatura artística, sob a forma de “exaltação a uma cidade ou nação apreendidas em suas tradições e obras”, como André Chastel o resumiu com base em Julius Von Schlosser. A Idade Moderna assistiu à multiplicação das listas de obras e coleções de cidades no campo da escrita antiquária (Schlosser, 1984).¹⁶ Em seguida, com a nova configuração cultural aberta pela Revolução Francesa, o propósito se confundiu com a luta contra o vandalismo: ele se tornou um compromisso para a manutenção do *status quo*. No apagamento do Antigo Regime nos objetos de memória e nas suas civilidades, veem-se configurar novas relações com a coletividade ao longo do século XIX. Uma das manifestações

mais espetaculares decorre – no domínio do edificado –, ao lado da conservação *stricto sensu*, do surgimento de intervenções que respondem à progressiva instauração de um academicismo da conservação-restauração (Denslagen, 1994; Jokilehto, 1999; Sette, 2001).¹⁷ O vínculo da nação com a conservação passa por evidente com a emergência de “comunidades imaginadas” (Anderson, 1991): a maioria dos objetos “que contam”, e cuja beleza pertence a todos – como Victor Hugo proclamou – torna-se a encarnação do “espírito” de uma coletividade particular (Miller, 1998). Eles se inscrevem em um lugar – uma jazida –, que eles ilustram e que os engaja em uma

16. Pouco estudados na França, esses campos são, ao contrário, bastante explorados na Inglaterra: ver Rosemary Sweet (1997, cap. 1, notadamente sobre o antiquariato).

17. Ver também os estudos de caso reunidos em P. G. Stone e G. Planel (1999).

reivindicação de autoctonia em um culto da transmissão.¹⁸ Percorrer os objetos nacionais, tal um proprietário, torna-se, para o cidadão, um ato político – uma prova de civismo. Esse comércio particular com as “lembranças” delinea formas culturais gerais e coloca em ressonância estética e política, do sublime à nostalgia, dando lugar a enunciados múltiplos do *in situ* (Marchand, 1996). A arqueologia, em particular, fornece um conjunto de demonstrações reinvestidas ao sabor de eventuais *revivals*.¹⁹

Ao longo do século XX, a noção de conservação engaja claramente uma representação da historicidade: o princípio de precaução contém uma conservação dita “preventiva” definida de forma estrita, enquanto as reflexões administrativas não cessam de afirmar que o patrimônio é “um presente do passado” (Group-Conseil, 2000). Paulatinamente, o patrimônio assume uma posição crítica sob a forma de um aproveitamento positivo e de um julgamento de valor que afirma escolhas. Confessa-se marcado por embates políticos, econômicos e sociais, que ultrapassam largamente as fronteiras disciplinares (entre história, filosofia, estética ou história da arte, folclore ou antropologia) –, assim como o mostrou, ao longo da década de 1970, o reconhecimento de “novos patrimônios”. Tal é ainda o caso da conservação dos recursos intangíveis, ou da conservação cultural definida no início da década de 1980 e que recobre

uma profusão de esforços públicos e privados em benefício de comunidades múltiplas (Penna, 1999 e Clifford, 1997). Paralelamente, um patrimônio mundial marcado por controvérsias pós-coloniais notórias abre-se para um retorno reflexivo sobre sua composição e seus usos.²⁰ Se, em todos esses casos, a perspectiva histórica pode ensejar uma tomada de consciência dos silêncios e das falsas evidências, o papel de uma história do patrimônio não se confunde com uma profissão de ceticismo epistemológico, com a denúncia dos abusos do passado, ou com a simples inversão do processo em proveito de objetos esquecidos ou negligenciados.

O estudo da “vida social dos objetos” (Appadurai, 1986) – apreendido, em particular, nos jogos do colecionismo ou mais geralmente na sua recepção – orienta-se há alguns anos para uma história de suas práticas de admiração estética e de memorização ética, de engajamento erudito e de apego cívico. Tornou-se, da escola de Warburg a Arnaldo Momigliano ou Frances Yates, de Paolo Rossi (1993) a Mary Carruthers (2002), ou Caroline Bynum (2001), uma frente pioneira da história cultural e política. Por meio de perspectivas diversas oriundas de tradições culturais e nacionais heterogêneas, ou mesmo de regimes científicos incompatíveis, esboça-se, contudo, uma imagem. Assim, Leonard Barkan mostrou a relação entre a arqueologia e a emergência da categoria

18. Ver Yan Thomas (1980:425 e 1998) e o trabalho em andamento do Garae sobre a vertente antropológica.

19. Dois exemplos muito significativos: John Hutchinson (2001) e J. F. Gossiaux (1995).

20. Ao lado das disputas já antigas sobre restituições de obras, Moira G. Simpson (1996) forneceu um quadro dos debates atuais sobre a restituição de objetos sacros e de restos humanos. Para uma análise exemplar ver Yves Le Fur (1999).



Bem restaurado pós-vandalismo na França, século XIX. Detalhe da fachada da Catedral de Notre-Dame, Paris. Foto: Glória Torrico, 2008



Bem restaurado pós-vandalismo na França, século XIX. Detalhe da fachada da Catedral de Notre-Dame, Paris. Foto: Glória Torrico, 2008

estética no Renascimento (Barkan, 1999).²¹ Outros estudos procuram relacionar os objetos, as práticas e os discursos que gradualmente constituíram o saber da história da arte, do museu ao livro ilustrado e à cátedra (Haskell, 1993).²² Reexaminando as grandes narrativas do saber antiquário e histórico, da emoção visual (o deslumbramento, a ressonância²³) e da vontade política e social, trata-se aqui de deslocar a perspectiva, de uma genealogia da estética e das disciplinas antiquárias à das convenções patrimoniais como regime material e grandeza do passado.²⁴ Dar-se-á atenção, em particular, às crises e às tensões sociais e políticas; às polêmicas e aos conflitos artísticos e culturais;²⁵ às desarticulações repentinas ou progressivas das relações com o passado e o futuro. Tais momentos assistem à invenção de poéticas patrimoniais inéditas em suas definições, escolhas e exigências.

2. AS CIVILIDADES DO PATRIMÔNIO

A história da invenção e da publicização do patrimônio, pela exposição e pela escrita, deve ser considerada graças ao estudo dos meios empregados para o seu (re)conhecimento; graças à análise de seus modos de identificação e de gestão, jurídicos e eruditos; graças, enfim, à abordagem

de suas práticas e fruições.²⁶ Gostaria de mostrar como são relatados os “achados”, por meio dos inventários, dos percursos e dos intercâmbios; como se elaboram, paralelamente, as intrigas, os tipos de inventores e os estilos de patrimônios em relação com a “ecologia das imagens” e dos lugares. É essencial aqui a elaboração de um sentido visual do passado, das paisagens monumentais das cidades às do campo, em uma relação complexa com a historiografia e com os aprendizados eruditos. O estudo do patrimônio responde, em sua generalidade, aos três princípios de perceptibilidade, de especificidade e de singularidade próprios à sociologia da recepção, tal como Jean-Claude Passeron (1992, cap. IX e XII) o explicitou. Cada um dos objetos “que contam” é identificado por meio de guias, relatos de viagem, correspondências, diários, catálogos, em função de reproduções em circulação, da importância das evocações ou das citações das quais é o pretexto ou o princípio. Dar-se-á atenção às articulações desses objetos em diferentes discursos ou argumentos, eruditos ou familiares, e à encenação de seus “amigos” – em redes de socialização erudita e artística e, especificamente, segundo os modelos disponíveis de apostolado patrimonial.²⁷ De fato, morais individuais e éticas coletivas são elaboradas ou adotam novas configurações em relação a legados mais ou menos reivindicados e “achados” mais ou menos oportunos. Assim, conviria interrogar a forma na qual

21. Ver a continuação em Haskell e Penny (1981).

22. Pode ser complementado por Burke (2001).

23. Retomando as formulações gerais propostas por Stephen Greenblatt e Helga Geyer-Ryan (1990).

24. Retiro essa perspectiva de Clifford Geertz (1983).

25. Ver notadamente sobre a abordagem dos *sciences studies* e suas possíveis adaptações às cenas centrais e locais Jean-Louis Fabiani (1997).

26. Para um exemplo de um ponto de vista metodológico ver Sharon Macdonald (1998) e, em especial, Lynne Cooke e Peter Wollen (1998).

27. Conviria comparar com a ética da república das letras considerada por Ann Goldgar (1995) e criticada por Christian Jouhaud.

a emulação erudita e a rivalidade na fruição das coisas se exacerbam mutuamente, por exemplo, em proveito da identidade de uma população, de uma memória religiosa (os *Vaudois* de Alexis Muston, saudado por Michelet) ou de uma cidade.

Os “amigos” dos objetos patrimoniais, amadores ou profissionais, polígrafos ou especialistas, militantes e funcionários, constituídos em comunidades de interpretação, erigem-se em porta-vozes ou em advogados das inovações, apropriações e atribuições.²⁸ Algumas dessas figuras – o antiquário e sua ruína, o conservador e seu museu, o folclorista e seu campo – tornaram-se aos poucos estereótipos quase antropológicos.²⁹ Observá-los permite questionar as identidades construídas pela reciclagem de imagens, objetos e práticas desperdadas e simultaneamente “dadas” em herança. Dir-se-ia que os objetos patrimoniais permitem localizar diferentes configurações de um social que se desdobra por meio de suas partilhas e recusas. Esses dependem e se conservam a partir de procedimentos, de convenções discursivas, de exigências materiais ou técnicas. Os guias de estudo ou os manuais pedagógicos, os documentos oficiais, e as atas das sociedades eruditas – e, mais amplamente, os romances familiares dos patrimonializadores e toda a literatura dos apegos aos monumentos pertinentes – alimentam especulações sobre as nomenclaturas e interrogações sobre

28. Os estudos de microsociedades e trocas informais em seu seio multiplicam-se hoje em história moderna e contemporânea. Algumas observações bastante sugestivas de Miguel Tamen (2001) podem, desse ponto de vista, servir de base metodológica.

29. Stephen Bann (1984), Donald Preziosi (2003) e minha nota crítica na *Revue de l'Art*, setembro de 2004.

a História, afirmações moralizadoras e enumeração de hierarquias.

Uma enorme diversidade de modos de fazer passa a operar. Modos de fazer que devem ser questionados do ponto de vista notadamente do tipo de escrita comum encontrada em apontamentos de laboratório, em anotações de pesquisa, cuja riqueza a etnologia começou a explorar.³⁰ O homem do patrimônio em campo, distinguindo-se do homem comum, deve referenciar o objeto com suas coordenadas – temporais, espaciais –, para situá-lo em suas ambições, explicá-lo, interpretá-lo.³¹ Esse percurso é sempre mais ou menos uma autodidaxia, como, desde o século XVIII, se afirmava do *connoisseurship*, tido como um saber apreendido à força de “andanças”, ou seja, de viagens e de intercâmbios. Daí em diante, o leque de curiosidades se abriu, ensejando a coleta de grande número de detalhes, de recursos complementares ou intermediários, com ares furtivos.³² Toda uma economia da arqueologia esboça-se, por exemplo, das descobertas fortuitas no cultivo da terra até sua invenção por antiquários locais e seu reconhecimento

30. Daniel Fabre (1993), Martin de La Sourdière e Claudie Voisenat (1997) e em outro plano, para figuras de escrita expostas, sendo algumas patrimonializadas, ver Armando Petrucci (1993) e Béatrice Fraenkel (2002).

31. Bonnie Smith (1998) examina a questão de gênero no trabalho de arquivo e o seminário – particularmente a relação do trabalho original e da vulgarização, do amador e do profissional – de uma forma que poderia ser útil aqui para pensar o lugar do feminino na elaboração de um *corpus* patrimonial e sua validação. Ver de forma mais geral o dossiê reunido por Luisa Passerini e Polymeris Voglis, *Gender in the production of History*.

32. Tomo este termo emprestado à clássica análise de Michel de Certeau (1980:36). *A uma produção racionalizada, expansionista, tanto quanto centralizada, ruidosa e espetacular, corresponde uma outra produção, qualificada de “consumo”: essa é astuta, dispersa, mas se insinua por toda parte, silenciosa e quase invisível, já que não se faz notar com produtos próprios, mas pelas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante.*

no seio da erudição nacional, economia de longa duração desde o Antigo Regime até as redes mais densas da poligrafia do século XIX (Woolf, 2003). No distanciamento ou na proximidade das peças, na permanência ou na fugacidade de sua exposição, na sedução eventual dos processos de sua reprodução entra em jogo uma publicidade ampliada dos patrimônios, que tece laços complexos com o comércio de objetos e de imagens baratas, de mais ou menos “bom gosto”, nas franjas do popular e do pitoresco.³³

Em todos os casos, as viagens improvisadas e as missões planejadas, as visitas e as coletas, as compilações e as investigações, as intervenções restauradoras e o aprendizado de modos de fazer elaboram e sancionam procedimentos.³⁴ Os detalhes a serem apreendidos ou, ao contrário, as partes a serem negligenciadas respondem a diversos gêneros de inscrição do notório e do pertinente no seio de repertórios a construir (Leask, 2002). A tentativa de construir uma história patrimonial da cultura material exige debruçar-se sobre a erudição e o colecionismo, suas disposições tácitas, suas pequenas ferramentas, suas fruições mudas. Em suma, sobre todos os gestos e saberes que organizam a percepção e a representação dos objetos em função de hierarquias entre saberes locais, vínculos particularizados e o horizonte de conhecimentos gerais de um homem de sociedade.³⁵ Para além disso, tratar-se-á de

dedicar um interesse particular aos princípios de construção de um *corpus*, à estratégia do trabalho em comissão – forma de resposta a crises e/ou a problemas de definição –, e aos modos de inspeção e de inscrição em séries que pressupõem, com frequência, uma cadeia de categorias a serem preenchidas, de lugares a serem verificados, em resumo, uma hierarquia a ser enumerada. A documentação patrimonial, assimilada por Guizot ao gênero da estatística descritiva alemã, cria algarismos – o que Eric Brian denomina “inscrição dos signos numéricos em condições particulares de produção”. São algarismos comparados pouco a pouco, de uma nação a outra, para medir os “pesos” relativos dos patrimônios, e que conviria analisar no âmbito dos intercâmbios entre eruditos, administradores ou legisladores, e a opinião pública (Brian, 1994). Ela produz também “coleções efêmeras”, torcendo a fórmula de Francis Haskell, que são outras tantas (re)produções – pela imagem (Mondenard, 2002) e pela escrita – de objetos isolados em uma recontextualização *ad hoc*, a da identificação de um Estado em um determinado momento do saber e do gosto. Ela fornece às gerações seguintes representações concorrentes, e em todo caso fictícias, de um conjunto imperceptível como tal, salvo se imaginarmos uma cartografia que se sobreponha ao território.³⁶ Com frequência, essas imagens não permitem que se considere o detalhe dos procedimentos de apresentação e de conhecimento que levaram a esse último estado. Que se avaliem as incertezas das ofertas, das escolhas e dos

33. Rosemary Hill (1997) e mais geralmente uma grande parte dos artigos da revista *Things*, como os de *Res* no campo da antropologia.

34. Cf. as perspectivas a partir de objetos de ciência abertas por Eric Brian (1999).

35. Ver Peter Becker e William Clark (2001). Para a oralidade, Françoise Waquet (2003) e para as comparações com a vida de laboratório a obra de Bruno Latour.

36. Thomas DaCosta Kaufmann (2004) fornece um balanço historiográfico que, em certos aspectos, atravessa a questão.

meios que marcaram, ou mesmo balizaram, de perto, a realização de um inventário – sempre no horizonte do projeto patrimonial. Por fim, o jornalismo patrimonial, se assim se pode chamá-lo, que periodicamente noticia “invenções” e descobertas, opera regularmente para os ajustes entre os sentidos de um passado e a consciência do presente.³⁷ Com isso, contribui, provavelmente, tanto para normalizar as diferenças como para colocar em destaque a singularidade de um monumento ou de uma peça para a inteligência da história e o orgulho coletivo.

Para além de uma geografia, essencial para a configuração patrimonial, as atividades dos amigos de objetos delineiam uma economia do faro e do acaso, a de *serendipity*,³⁸ que está na origem de achados bem-apresentados e, por meio desses, de uma hierarquia dos “patrimonializadores”. Esses últimos estabelecem um diálogo complexo com os colecionadores, com os “acumuladores” de objetos “selvagens” ligados ao imaginário arqueológico ou, ainda, com os atores de folclorismos mais ou menos ligados a uma “performatividade” comemorativa e presentista (Kirshenblatt-Gimblett, 1989; Myrone & Peltz, 1999). Donde a questão do sucesso ou do fracasso dos antiquários, dos colecionadores evérgetas ou dos conservadores de museus eruditos, quando seus conhecimentos ou suas paixões são pouco ou malcompartilhados ou, ao contrário, quando saudados por um coro de elogios são objeto de um reconhecimento

privilegiado (Cardinal, 2001). As histórias de vida ou os romances familiares – como o dos Visconti, conservadores do Vaticano e depois do Louvre, no final do século XVIII, que acompanharam seus objetos ao longo das ocupações e das revoluções – oferecem a possibilidade de articular singularidade de comprometimentos particulares e compartilhamento de valores coletivos.

3. A CIÊNCIA MORAL DO PATRIMÔNIO

A fruição do patrimônio, que gerou uma abundante literatura, sendo algumas obras-primas, nutriu-se, sobretudo, de argumentos e de convenções, ou mesmo de um legendário, moral e historiográfico. Esse alimenta os questionamentos sobre os estágios da história e as especulações sobre as primeiras mitologias, mas também as afirmações sobre os modelos e os depósitos de valores. O imaginário social da genealogia marcou profundamente, durante o Antigo Regime, a ideia de transmissão. As noções de boa economia de uma família se unem a essas exigências quando a *Encyclopédie* de Diderot e d’Alembert sublinha que o curioso desestabiliza a sua fortuna, na tradição dos moralistas do *Grand Siècle*. Mas, às vésperas de 1789, o Watelet faz o elogio dos gabinetes patrióticos, supondo um novo ideal do colecionismo basculado sobre o presente de uma modernidade francesa, da qual se começa a vislumbrar as perspectivas.³⁹ Na sequência, a descrição,

37. Ver a contribuição de Daniel Woolf a Brendan Dooley e Sabrina Baron (2002).

38. Ver sobre esse termo criado por Horace Walpole, em 1754, e seus recursos para uma sociologia e uma antropologia históricas do trabalho erudito Robert K. Merton e Elinor G. Barber (1992).

39. Nesse campo marcado por Colin Bailey (2002), aguarda-se a tese de Charlotte Guichard sobre o amador (EHESS, sob minha orientação).

por vezes paródica, das imperfeições e dos ridículos do colecionador, opostos à moral do museu, marca os dicionários e as fisiologias da primeira metade do século XIX.⁴⁰ O *Grand Dictionnaire Universel* de Pierre Larousse, no final da década de 1860, renuncia a “passar em revista todas as variedades, todas as audácias, todas as singularidades da colecionaria”.⁴¹ Ele mostra, como Clément de Ris em *La curiosité* (1864), que o colecionismo está à beira da doença mental ou, na terminologia da época, da “medicina experimental”.⁴²

Uma tradição da história da arte insiste, no entanto, de maneira diferente segundo os países, é verdade, sobre o papel de destaque dos colecionadores não apenas na constituição de patrimônios coletivos e na elaboração de um *corpus* de saberes. Mas, ainda, como artistas ou protagonistas de *revivals*,⁴³ na configuração de um gosto nacional. Tanto isso é verdade que um patrimônio de mau gosto só é imaginável em determinadas condições.⁴⁴ Esse legendário – no sentido empregado por Michel de Certeau – pretende convencer sobre a inteligência, a perspicácia e a generosidade do colecionador. O que se verificou em particular na história da arte italiana, na qual numerosos colecionadores foram objeto de monografias elogiosas, relacionadas com um “espírito de campanário” nutrido da tradição de escolas

regionais. Sem se submeter à geografia artística nesse assunto, a historiografia inglesa está também fortemente ancorada na sua relação com os colecionadores, por motivos complexos ligados tanto a uma argumentação patrimonial, quanto ao elogio da inteligência da mercadoria, no seu circuito do *marchand* ao proprietário. Na França da segunda metade do século XIX, a atividade de divulgador de um Philippe de Chennevières e o surgimento de uma imprensa erudita vinculada ao colecionismo mostram o elo entre o elogio das coleções, o esforço de avaliação das escolas regionais, enfim, a vontade de dispor de uma história nacional. O início das investigações eruditas sobre os colecionadores do passado mantém, entretanto, uma relação ambígua com a cultura material contemporânea. O historiador da literatura Brian Rigby sublinha o quanto, nos grandes romances do século XIX, a descrição da vida dos bibelôs acompanha-se “de uma resistência complexa, estética e moral, aos objetos” – como em Flaubert.

Considerando os diferentes graus de intimidade social com o passado material, a distribuição desigual de “grandezas” – entre coleções e museus (Wright, 1996:229-39 e Coombes, 1988) – tentar-se-á mostrar se e como o antigo regime dos objetos de memória e de suas civilidades saiu de cena em proveito de novas referências e de novas partilhas (Herzfeld, 1997). Pois muitos dos amigos de objetos parecem, ao longo dos séculos XVIII e XIX, ter sido desapossados, tanto material como simbolicamente, de suas disposições individuais pela experiência histórica, quando se elabora um movimento

40. Ver os trabalhos clássicos de Krzysztof Pomian (1987 e 2003) sobre o léxico, a semiologia e a história dos colecionadores e do colecionismo; e um balanço por Françoise Hamon (2001).

41. Verbetes “coleção”, t. VI, 1868.

42. Ver as figuras do colecionador, do excêntrico e do esteta descritos por Dominique Pety (2003).

43. Sobre esse aspecto, a seleção feita por Giulio Carlo Argan (1974) permanece sugestiva.

44. Ver a demonstração sugestiva de Lionel Gossman (2002).

coletivo dedicado ao “patrimônio” e à história nacional.⁴⁵ Mais tarde, as disposições da conservação articulam-se de modo cada vez mais visível às vicissitudes dos estereótipos nacionais, à construção de narrativas identitárias e à massificação dos públicos, notadamente por meio das mutações da cenografia histórica ou da museografia internacional (Duncan, 1995). Ao menos, a abertura de museus públicos enseja novas tomadas de posição diante de potenciais objetos afetivos, quer sejam nacionais ou exóticos, a contrapelo de uma instrumentalização unívoca (Preziosi, 2003; Plato, 2001; Baker e Richardson, 1997; Conn, 1998; Thomas, 1991). A proliferação de objetos patrimonializados que se usufruem e para os quais se luta – ou não – põe novamente em questão a adesão dos cidadãos a um depósito de valores, a um *common interest* da imaginação e da arte, mas que é também uma figura da alteridade.⁴⁶ Tudo isso compõe o que se poderia chamar de “moralidade” do patrimônio nas representações coletivas, moralidade que pode tomar a forma ora de um programa de emancipação, até mesmo de subversão, ora o partido de um conformismo

social e cultural. Esse é um campo de investigação que se situa entre epistemologia, estética e ética ou teoria política, que se pode apenas assinalar aqui.

Agrupando esses três eixos sob uma perspectiva de investigação unificada pela atenção dedicada aos *mundos do patrimônio* – para retomar uma fórmula doravante clássica de Howard Becker –, trata-se de contribuir para a análise histórica de um fenômeno social e de uma instituição, de categorias de saber e de gosto, enfim de práticas e recepções. Pretendo dar continuidade, a propósito desse objeto, ao diálogo entre a história e as ciências sociais engajado, desde os meus primeiros trabalhos, e aprofundado com a vinculação a um novo laboratório colocado sob a influência do trabalho antropológico. O meu engajamento na equipe do Laboratoire d’Anthropologie et d’Histoire de l’Institution de la Culture (Lahic) me proporcionou não tanto os “recursos” que a antropologia oferece à história, mas sim a crítica que a antropologia faz a certa tendência da história de tratar exaustivamente as fontes ou de necessitar que as mesmas expressem as ideias ou representações de um grupo social significativo e não somente de indivíduos isolados.

Resta considerar, em seguida, as construções patrimoniais como outros tantos “modos apropriados” de tratar o passado, como outros tantos estilos – o estilo encarnando uma “noção de perspectiva histórica” (Guinzburg, 1998:120), segundo a formulação luminosa de Carlo Ginzburg. Exposições recentes consagradas, ora a atores da patrimonialização monumental – para além dos grandes iniciadores Mérimée e Viollet-le-Duc, que são casos de escola –,

45. Para o espaço alemão de autorrepresentação dispõe-se de Bénédicte Savoy (2003), que permite compreender sua construção em torno de 1800 “graças” ao deslocamento francês. Susan A. Crane (2000) defende a tese da perda das capacidades individuais da experiência histórica à medida que se fundem os interesses pessoais de colecionadores e de amadores de história no seio de um movimento coletivo dedicado ao “patrimônio” e à história alemães. Em outro plano, H. Glenn Penny (2001) esboça um quadro bastante semelhante dos efeitos da publicidade museal sobre a natureza dos objetos colecionados e sobre os discursos que lhes dão vida. Para um estudo de caso, ver Alon Confino (1997).

46. Remeto às análises sobre as bibliotecas, os livros e os leitores conduzidas por Roger Chartier como outros tantos modelos a serem testados para tal abordagem das representações de patrimônios, de suas implicações políticas e apropriações.

ora a fundadores de museus, ora, por fim, a inventores de sítios arqueológicos, mostram o quanto esses episódios foram outros tantos estilos significativos de regimes materiais de temporalidade. Essa perspectiva, cuja especificidade decorre da adoção de um ponto de vista da recepção, é suscetível de se estender a formas de exposição, de encenação, de representação de um passado material (em particular no museu) que dão lugar a esse mesmo sentido de “patrimonialidade”.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, Andrew. “Temporality and process in Social Life”. *Time matters. On theory and method*. University of Chicago Press, 2001.
- _____. “La description face à la temporalité”. *Enquête*, 6:41-53, 2003.
- ANDERSON, Benedict. “Census, map, museum”. Em *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Nova York-Londres: Verso, 1991, p. 163-186.
- APPADURAI, Arjun (ed.). *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Nova York: Cambridge University Press, 1986.
- ARGAN, Carlo Argan. *Il revival*. Milão: Mazzotta, 1974.
- BAILEY, Colin. *Patriotic taste*. Yale University Press, 2002.
- BAKER, Malcolm & Richardson, Brenda (eds.). *A grand design: the art of the Victoria and Albert Museum* (catalogue). Baltimore Museum of Art, 1997.
- BANN, Stephen. *The clothing of Clío: a study of the representation of history in nineteenth-century Britain and France*. Cambridge University Press, 1984.
- BARKAN, Leonard. *Unearthing the past: archaeology and aesthetics in the making of Renaissance sculpture*. New Haven: Yale University Press, 1999.
- BECKER, Peter & CLARK, William (eds.). *Little tools of knowledge. Historical essays on academic and bureaucratic practices*, Ann Arbor: Michigan University Press, 2001.
- BEGHAIM, Patrice. *Le patrimoine: culture et lien social*. Paris: Presses Fondation Sciences Politiques, 1998.
- BESSY, C. & CHATEAURAYNAUD F. *Experts et faussaires. Pour une sociologie de la perception*. Paris: Métailié, 1995.
- BOUTIER, Jean Boutier; FABIANI Jean-Louis; SARDAN, Jean-Pierre Olivier de. *Corpus, sources et archives*. Actes des Journées de Tunis 1999, IRMC, 2001.
- BOYM, Svetlana. *The future of nostalgia*. Nova York: Basic Books, 2001.
- BRIAN, Eric. “Calepin. Repérage en vue d’une histoire réflexive de l’objectivation”. *Enquête*, 2:193-222, 1996.
- _____. *La mesure de l’Etat. Administrateurs et géomètres au XVIII^e siècle*. Paris: Albin Michel, 1994.
- BURKE, Peter. *The Renaissance sense of the past*. Londres: Arnold, 1969.
- _____. *Eyewitnessing. The uses of images as historical evidence*. Londres: Reaktion Books, 2001.
- BYNUM, Caroline Walker. *Metamorphosis and identity*. Nova York: Zone Books, 2001.
- CAHN, Walter. *Masterpieces. Chapters on the history of an Idea*. Princeton University Press, 1979.
- CARDINAL, Roger. “The eloquence of objects”. Em SHELTON, Anthony (ed.). *Collectors: expressions of self and other*. Londres-Coimbra: Horniman Museum and Gardens-Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, 2001.
- CARRUTHERS, Mary. *Machina memorialis: méditation, rhétorique et fabrication des images au Moyen Âge*. Paris: Gallimard, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. (1^a ed. 1980). Rio de Janeiro: Vozes.
- CHAMPFLEURY. “L’homme aux figures de cire”. *Les Excentriques*, 1855. Reedição – Paris: Gallimard, 2004.
- CHOAY, Françoise. *L’allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil, 1996.
- CLIFFORD, James. “Museums as contact zones”. Em *Routes: travel and translation in the late 20th Century*. Cambridge: Harvard UP, 1997, p. 188-219.
- CONFINO, Alon. *The nation as a local metaphor: Württemberg, Imperial Germany and national memory, 1871-1918*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1997.
- CONN, Stephen. *Museums and american intellectual life, 1876-1926*. University of Chicago Press, 1998.
- COOKE, Lynne & WOLLEN, Peter (eds.). *Visual display. Culture beyond appearances*. Dia Center for the Arts, 1995. Nova York: New Press, 1998.
- COOMBES, Annie. “Museums and the formation of national and cultural identities”. *The Oxford Art Journal*, 11(2):58-68, 1988.
- CRANE, Susan A. *Collecting and historical consciousness in early nineteenth-century Germany*. Cornell University Press, 2000.
- DENSLANGEN, Wim. *Architectural restoration in Western Europe: controversy and continuity*. Amsterdam: Architectura & Natura Press, 1994.
- DESROSIÈRES, Alain. *La politique des grands nombres*. Paris: La Découverte, 1993.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Devant le temps. Histoire de l’art et anachronisme des images*. Paris: Minuit, 2000.

- DOOLEY, Brenda & BARON, Sabrina. *The politics of information in early modern Europe*. Londres: Routledge, 2002.
- DUNCAN, Carol. *Civilizing rituals: inside public art museums*. Londres: Routledge, 1995.
- EMILIANI, Andrea. *Leggi, bandi e provvedimenti per la tutela dei beni artistici e culturali negli antichi stati italiani, 1571-1860*. Bolonha: Nuova Alfa, 1996.
- FABIANI, Jean-Louis. "Controverses scientifiques, controverses philosophiques. Figures, trajets, positions". *Enquête*, 5:11-34, 1997.
- FABRE, Daniel. *Domestiquer l'histoire – Ethnologie des monuments historiques*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2000.
- _____. (ed.). *Écritures ordinaires*. Paris: Centre Georges Pompidou-P.O.L., 1993.
- FINLEY, Moses I. *Mythe, mémoire, histoire*. Paris: Flammarion, 1990.
- FRAENKEL, Béatrice. *Les écrits de septembre*. New York, 2001. Paris: Textuel, 2002.
- GARBER, Marjorie. *Quotation marks*. Nova York: Routledge, 2003.
- GEERTZ, Clifford. "The way we think now: toward an ethnography of modern thought". Em *Local knowledge: further essays in interpretative anthropology*. Nova York: Basic Books, 1983, p. 147-166.
- GINZBURG, Carlo. "Style. Inclusion et exclusion". *A distance. Neuf essais sur le point de vue en histoire*. Paris: Gallimard, 1998.
- GOLDGAR, Ann. *Impolite learning*. New Haven: Yale University Press, 1995.
- GOSSIAUX, J. F. "La production de la tradition, un exemple Breton". *Ethnologie Française*, 25(2):248-256, 1995.
- GOSSMAN, Lionel. "Unwilling moderns: the Nazarene painters of the nineteenth century". *Nineteenth-Century Art Worldwide*, 2(3), 2003.
- GREENBLATT, Stephen. "Resonance and Wonder". Em COLLIER, Peter (ed.) & GEYER-RYAN, Helga. *Literary theory today*. Cambridge: Polity Press, 1990, p. 74-90.
- GREFFE, Xavier. *La valorisation économique du patrimoine*. Paris: La Documentation Française, 2003.
- GROUPE-CONSEIL sur la Politique du Patrimoine Culturel du Québec. *Notre patrimoine, un présent du passé. Proposition à madame le ministre de la Culture sous la présidence de Roland Arpin*. Quebec, novembre 2000.
- HAMON, Françoise. "Collections. Ce que disent les dictionnaires". *Romantisme*, 112:55-70, 2001-2.
- HARTOG, François. *Regimes d'historicité. Présentismes et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.
- HASKELL, Francis. *History and its images. Art and the interpretation of the past*. Yale University Press, 1993.
- _____. & PENNY, Nicholas. *Taste and the antique: the lure of classical sculpture, 1500-1900*. New Haven: Yale University Press, 1981.
- HERZFELD, Michael. *Cultural intimacy: social poetics in the nation-state*. Londres-Nova York: Routledge, 1997, p. 27.
- HILL, Rosemary. "Cockney connoisseurship: Keats and the Grecian Urn". *Things*, 6, 1997.
- HUPPERT, George. *L'idée de l'histoire parfaite*. Paris: Flammarion, 1973.
- HUTCHINSON, John. "Archaeology and the Irish rediscovery of the Celtic past". *Nations and Nationalism*, 7(4):505-519, 2001.
- JEANNERET, Michel. "The vagaries of exemplarity: Distortion or dismissal?" *Journal of the History of Ideas*, 59:565-579, 1998.
- JOKILEHTO, Jukka. *A history of architectural conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1999.
- JORDANOVA, Ludmilla. "Objects of knowledge: a historical perspective on museums". Em VERGO, Peter (ed.). *The museology*. Londres: Reaktion Books, 1989, p. 22-40.
- KALB, Don; MARKS, Hans & TAK, Herman. "Historical anthropology and anthropological history: two distinct programs". *Focaal*, 26/27:5-13, 1996.
- KAUFMANN, Thomas DaCosta. *Toward a geography of art*. University of Chicago Press, 2004.
- KELLEY, Donald R. (ed.). *History and the disciplines. The reclassification of knowledge in early modern Europe*. Rochester: University of Rochester Press, 1997.
- KIBBEY, Ann. *The interpretation of material shapes in puritanism. A study of rhetoric, prejudice and violence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. "Objects of memory: material culture as life review". Em ORING, Elliot (ed.). *Folk groups and folklore genres: a reader*. Logan: Utah State University Press, 1989.
- LAROUSSE, Pierre. *Grand Dictionnaire Universel du XIXe Siècle*. Paris: Larousse, 1867-1890.
- LEASK, N. *Curiosity and the aesthetics of the travel writing, 1770-1840. From an antique land*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- LE FUR, Yves. "Europe chasseuse de têtes en Océanie, XVIIIè-XIXè siècles". Em *La mort n'en saura rien. Reliques d'Europe et d'Océanie*. Paris: RMN, 1999, p. 59-67.
- LENCLUD, Gérard. "Le grand partage ou la tentation ethnologique". Em ALTHABE, G.; FABRE, D.; LENCLUD G. *Vers une ethnologie du présent*. Paris: MSH, 1992.
- LEPETIT, Bernard. "Le présent de l'histoire". Em *Les formes de l'expérience. Une autre histoire sociale*. Paris: Albin Michel, 1995, p. 187-225.
- LORAUX, Nicole. "Éloge de l'anachronisme en histoire". *Le genre humain*, n. 27, 1993.
- LOUICHON, Brigitte. "Champfleury: du bric-à-brac à la collection". Em CABANÈS, Jean Louis & SAÏDAH, Jean-Pierre. *La Fantaisie post-romantique*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2003, p. 293-314.

- LOWENTHAL, David. *The past is foreign country*. Cambridge University Press, 1985.
- _____. *The heritage crusade and the spoils of history*. Cambridge University Press, 1998.
- _____. & BINNEY, Marcus. *Our past before us: why do we save it?* Londres: Blackwell, 1981.
- MACDONALD, Sharon (ed.). *The politics of display*. Londres: Routledge, 1998.
- MARCHAND, Suzanne. *Down from Olympus, archaeology and philhellenism in Germany, 1750-1970*. Princeton University Press, 1996.
- MERTON, Robert K. & BARBER, Elinor G. *The travels and adventures of serendipity. A study in historical semantics and the sociology of science*. Princeton University Press, 1992.
- MILLER, Daniel. "Why some things matter". Em MILLER D. (ed.). *Material cultures*, Chicago: Chicago University Press, 1998, p. 3-21.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard, 1998.
- MONDENARD, Anne. *La mission héliographique: cinq photographes parcourent la France en 1851*. Paris: Monum, Editions du Patrimoine, 2002.
- MYRONE, Martin & PELTZ, Lucy Peltz (ed.). *Producing the past: aspects of antiquarian culture and practice*. Aldershot: Ashgate Publishing, 1999.
- NORA, Pierre. "Simmel: le mot de passe". *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 14:307-312, 1976.
- PASSERINI, Luisa & VOGLIS, Polymeris. *Gender in the production of history*. EUI Working Paper HEC 99/2.
- PASSERON, Jean-Claude. *Raisonnement sociologique*. Paris: Nathan, 1992.
- PENNA, Maria-Teresa. *L'archéologie historique aux États-Unis*. Paris: CTHS, 1999.
- PENNY, H. Glenn. *Object of culture: ethnology and ethnographic museums in Imperial Germany*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.
- PETRUCCI, Armando. *Jeux de lettres. Formes et usages de l'inscription en Italie, 11^{ème} - 20^{ème} siècles*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1993.
- PETY, Dominique. *Les Goncourt et la collection. De l'objet d'art à l'art d'écrire*. Genebra: Droz, 2003.
- PICKSTONE, John. "Museological science? The place of the analytical/comparative in nineteenth-century science, technology and medicine". *History of Science*, 32:11-138, jun. 1994.
- PLATO, Alice von. *Präsentierte Geschichte. Ausstellungskultur und Massenpublikum im Frankreich des 19. Jahrhunderts*. Frankfurt-Nova York, 2001.
- POIRRIER, Philippe e VADELORGE de Loïc. *Pour une histoire des politiques du patrimoine*. Paris: Comité d'Histoire do Ministère de la Culture e da Fondation Maison des Sciences de l'Homme, Diffusion de la Documentation Française, 2003.
- POMIAN, Krzysztof. *Collectionneurs, amateurs, curieux: Paris-Venise, XVIe – XVIIIe siècles*. Paris: Gallimard, 1987.
- _____. *Des Saintes reliques à l'art moderne. Venise-Chicago, XIIIe-XXe siècles*. Paris: Gallimard, 2003.
- PORTEUS, J. Douglas & SMITH, Sandra E. *Domicide. The global destruction of home*. Montreal-Kingston: McGill-Queen's University, 2001.
- PREZIOSI, Donald. *Brain of the earth's body. Art, museums, and the phantasms of modernity*. Minneapolis-Londres, Minnesota University Press, 2003.
- REVEL, J. "Ressources narratives et connaissance historique". *Enquête* 1:43-70, 1995.
- _____. & HARTOG, F. (dir.). "Les usages politiques du passé". *Enquête*, 2001.
- RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire et l'oubli*. Paris: Seuil, 2003 (col. Points).
- ROSSI, Paolo. *Clavis universalis: arts de la mémoire, logique combinatoire et langue universelle de Lulle à Leibniz*. Grenoble: Jérôme Millon, 1993.
- SAVOY, Bénédicte. *Patrimoine annexé. Les saisies de biens culturels pratiqués par la France en Allemagne autour de 1800*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2003.
- SCHLOSSER, Julius Von. *La littérature artistique*. Paris: Flammarion, 1984.
- SETTE, Maria Piera. *Il restauro in architettura. Quadro storico*. Turim: Utet, 2001.
- SHERMAN, Daniel J. *Worthy monuments: art museums and the politics of culture in Nineteenth-Century France*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1989.
- SIMPSON, Moira G. *Making representations. Museums in the post-colonial era*. Londres-Nova York: Routledge, 1996.
- SMITH, Bonnie. *The gender of history: men, women and historical practice*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- SOURDIÈRE, Martin de La & VOISENAT, Claudie Voisenat (ed.). *Par écrit – ethnologie des écritures quotidiennes*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1997.
- STONE, P. G. & PLANEL, G. (eds.). *The constructed past: experimental archaeology, education and the public*. Londres: Routledge, 1999. (One World Archaeology, 36).
- SWEET, Rosemary. *The writing of urban histories in eighteenth-century England*. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- TAMEN, Miguel. *Friends of interpretable objects*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- THOMAS, Nicholas. "The European Appropriation of Indigenous Things". *Entangled objects: exchange, material culture, and colonialism in the Pacific*. Cambridge: Harvard University Press, 1991, p. 125-185.
- THOMAS, Yan. "Res, chose et patrimoine; note sur le rapport sujet-objet en droit romain". *Archives de la Philosophie du Droit*, 25:413-426.

_____. "Les ornements, la cité, le patrimoine". Em AUVRAY-ASSAYAS, Clara (Dir.). *Images romaines*. Paris: Presses de l'ENS, 1998, p. 263-284 (Études de Littérature Ancienne, 9).

VERDERY, Katherine. *The political lives of dead bodies. Reburial and postsocialist change*. NovaYork: Columbia University Press, 1999.

WAQUET, Françoise. *Parler comme un livre*. Paris: Albin Michel, 2003.

WOOLF, Daniel. *The social circulation of the past: English historical culture, 1500-1730*. Oxford University Press, 2003.

WRIGHT, Gwendolyn (ed.). *The formation of national collections of art and archaeology*. Washington, DC: National Gallery of Art, 1996.

